

4.	Normatização interna das atribuições das Promotorias de Justiça Agrárias.	Elaboração de proposta de resolução para definir as atribuições do cargo de Promotor de Justiça Agrário com ênfase à atuação extrajudicial preventiva, inclusive na mediação de conflitos, atendendo as diretrizes do plano estratégico.	José Godofredo Pires dos Santos (jun/13)	Concluído	( X ) Executada ( ) Não executada ( ) Parcialmente executada
5.	Criação de fóruns permanentes, regionais e/ou estadual, entre o MPPA e a sociedade civil, visando identificar os problemas prioritários das populações envolvidas nos conflitos agrários e fundiários e avaliar a execução das políticas públicas voltadas à área rural.	Elaborar projeto de criação e funcionamento de fóruns permanentes, regionais e/ou estadual, entre o MP e a sociedade civil.	Lilian Regina Furtado Braga e Laércio Guilhermino de Abreu (jun/13)	Concluído	( ) Executada ( ) Não executada ( X ) Parcialmente executada
		Elaborar projetos conjuntos entre as Promotorias de Justiça nas regiões agrárias, voltados à implementação de políticas públicas em questões agrárias e fundiárias.	Lilian Regina Furtado Braga e Laércio Guilhermino de Abreu (dez/15)	Em Execução	
6.	Realização de cursos de aperfeiçoamento funcional considerando tempo, disponibilidade e conteúdo compatíveis com a função dos Promotores de Justiça, preferencialmente cursos de curta duração que abordem mediação de conflitos, gerenciamento de crises e outros diretamente vinculados à atuação prática dos Promotores de Justiça na área fundiária e agrária.	Elaborar projeto de curso de aperfeiçoamento visando integrar a política institucional de formação continuada.	Viviane Veras e Paula Helena Maués Correa de Melo (jun/13).	Concluído	( X ) Executada ( ) Não executada ( ) Parcialmente executada
		Elaborar projeto de diagnóstico da estrutura existente nas Promotorias de Justiça Agrárias atualmente instaladas no Estado do Pará.	Ítalo Costa Dias e Grace Kanemitsu Parente (jun/13).	Concluído	
7.	Implementação de infraestrutura adequada às Promotorias de Justiça Agrárias (equipamentos, mobiliários, veículos, sistemas, servidores, segurança pessoal, etc.) para o efetivo desempenho de suas funções.	Elaboração de projeto para o fortalecimento da estrutura das Promotorias de Justiça Agrárias.	Francisca Suênia e Tarcísio Feitosa (fev/15).	Concluído	( X ) Executada ( ) Não executada ( ) Parcialmente executada
		Elaboração de diagnóstico da estrutura existente nas Promotorias de Justiça Agrárias atualmente instaladas no Estado do Pará.	Ítalo Costa Dias e Grace Kanemitsu Parente (jun/13).	Concluído	

8.	Criação e implementação de estratégias interinstitucionais para tratar de questões relacionadas a mortes, ameaças de morte e demais violências decorrentes de conflitos agrários e fundiários.	Identificar e definir estratégias de acompanhamento dos casos de pessoas ameaçadas de morte por conflitos agrários e fundiários.	Danyllo Pompeu Colares, Ione Missae da Silva Nakamura, João Macedo (Coordenador), Renata Lisboa e Jeanne Oliveira (jul/15).	Em Execução	( ) Executada ( ) Não executada ( X ) Parcialmente executada
		Análise dos Programas de Proteção de Defensores de Direitos Humanos- PPDDH e do Programas de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas-PROVITA, encaminhando propostas de melhorias dos Programas de proteção.	Danyllo Pompeu Colares, Ione Missae da Silva Nakamura e Eliane Cristina Pinto Moreira (maio/14).	Concluído	
9.	Realização de estudo para redefinição da extensão territorial das Promotorias de Justiça Agrárias.	Estudo das regiões agrárias e elaboração de proposta de ato normativo para redefinição da área de atuação de cada Promotora de Justiça Agrárias do Estado do Pará.	Eliane Cristina Pinto Moreira (set/13).	Concluído	( X ) Executada ( ) Não executada ( ) Parcialmente executada
		Estudo e levantamento da situação dos cargos de Promotor de Justiça Agrário, das Promotorias de Justiça Agrárias instaladas e dos cargos providos para elaboração de proposta de ato normativo visando à instalação das dez Promotorias de Justiça Agrárias correspondentes aos cargos já criados por lei.	Eliane Cristina Pinto Moreira (set/13).	Concluído	
10.	Provimento dos cargos de Promotor de Justiça Agrário.	Estudo e levantamento da situação dos cargos de Promotor de Justiça Agrário, das Promotorias de Justiça Agrárias instaladas e dos cargos providos para elaboração de proposta de ato normativo visando à instalação das dez Promotorias de Justiça Agrárias correspondentes aos cargos já criados por lei.	Eliane Cristina Pinto Moreira (set/13).	Concluído	( X ) Executada ( ) Não executada ( ) Parcialmente executada
11.	Elaboração de guias práticos de rotinas para atuação das Promotorias de Justiça Agrárias, adotando, no que couber, pressupostos do manual de boas práticas da Ouvidoria Agrária Nacional e de outros órgãos, submetendo o seu uso à apreciação da Corregedoria-Geral do Ministério Público.	Identificar rotinas para atuação das Promotorias de Justiça Agrárias e elaborar guia prático de rotinas.	Ione Missae, Jane Cleide e Francisca Suênia (dez/15).	Em Execução	( ) Executada ( ) Não executada ( X ) Parcialmente executada
		Identificar rotinas para ações integradas com outras instituições visando fiscalização, mediação de conflitos e implementação de políticas públicas, com a elaboração de guia prático de rotinas.	Ana Maria e Gerson Daniel Silva da Silveira (dez/15)	Sem informação	
12.	Levantamento dos casos e das áreas em conflito, bem como daquelas de potencial conflito agrário.	Desenvolvimento de um sistema de gestão de informações de conflitos agrários e fundiários integrando as iniciativas do comitê estratégico de tecnologia da informação.	Ítalo Costa, Jane Cleide, Fabia de Melo Founier, Renata Lisboa e Tarcísio Feitosa (dez/15).	Em execução	( ) Executada ( ) Não executada ( X ) Parcialmente executada: Construção dos critérios/parâmetros

**A N E X O III**  
**QUADRO 3 – Matriz PEA F 2018/2019**

Ações estratégicas	Problemas	Metas		Atividades/ iniciativas	Respon-sáveis	Prazo de conclusão
		2018	2019			
FORTALE-CIMENTO DA ATUAÇÃO INSTITU-CIONAL	Ausência de normatização das atribuições dos	1 Resolução do CPJ aprovada com definição das atribuições dos cargos de PJ Agrários		Proposição e acompanhamento de minuta de resolução das atribuições das PJ Agrárias ao CPJ	4º PJ de Redenção (Agrária)[1], 7º PJ de Santarém (Agrária)[2], 6º PJ de Altamira (Agrária)[3] e PJ de Soure[4]	Dez/18
	Insuficiência da estrutura das Promotorias de Justiça Agrárias	5 PJs estruturadas e equipadas, com recursos e serviços indispensáveis ao desempenho de suas atribuições	5 PJs Novas estruturadas e equipadas, com recursos e serviços indispensáveis ao desempenho de suas atribuições (novas)	Instalação de infraestrutura adequadas das PJs Agrárias	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário e PJs Agrárias	Dez/19
		5 novas PJs instaladas com redimensionamento territorial		Instalação de 5 cargos criados de Promotores de Justiça Agrários	PG], Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, PJs Agrárias e 6º PJ de Parauapebas [5]	Dez/18
		2 cursos de capacitação e 1 curso de aperfeiçoamento realizados	1 curso de capacitação e 1 curso de aperfeiçoamento realizados	Elaboração de Plano de Capacitação e aperfeiçoamento	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, 8º PJ de Castanhal (Agrária)[6], 4º PJ de Redenção (Agrária)[7], PJ de Ponta de Pedras[8], 2º PJ de Breves[9] e 1º PJ de Rondon do Pará[10]	Dez/19
	Ausência de um plano de capacitação e aperfeiçoamento permanentes	1 guia judicial elaborado		Revisão e Publicação do guia de atuação judicial	4º PJ de Redenção (Agrária)[11], 12º PJ de Marabá (Agrária)[12] e PJ de Soure[13]	Jun/18
		1 guia extrajudicial reviso e publicado		Elaboração do guia de práticas extrajudiciais	Coord. Núcleo Agrário, PJs Agrárias, 7º PJ de Santarém (Agrária)[14], 12º PJ de Marabá (Agrária)[15], 3º PJ de Paragominas [16] e Assessora Gracilda Leão	Jun/18
		4 órgãos integrados ao MP, nas questões agrárias (convênios e outros)	1 órgão integrado ao MP, nas questões agrárias (convênios e outros)	Formalização de instrumentos legais (termo de cooperação técnica) com instituições governamentais e não governamentais	8º PJ de Castanhal (Agrária)[17], 7º PJ de Santarém (Agrária)[18] e 8º PJ de Santarém[19]	Dez/19
	Deficiência na atuação integrada no MP e com outros órgãos ambientais, agrários e fundiários	1 instrumento normativo para atuação conjunta proposto		Instrumentos normativos para realização de ações integradas entre os membros do MP	12º PJ de Marabá (Agrária)[20], PJ de Almeirim[21], 8º PJ de Marabá[22], 8º PJ de Santarém[23] e 1º PJ de Rondon do Pará[24]	Dez/19
		100% de participação do MPPA nos Conselhos e Comitês de questões agrárias e fundiárias	100% de participação do MPPA nos Conselhos e Comitês de questões agrárias e fundiárias	Participação de membros do GT Agrário nos conselhos e comitês em matéria agrária e fundiária	3º PJ de Paragominas[25] e Assessora Vera Tavares	Dez/19